



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 160/2015 (Autoria do Deputado Nereu Moura)

Concessão de Título de Utilidade Pública ao Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santana do Itararé e foro no Município de Wenceslau Braz.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Lar São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santana do Itararé e foro no Município de Wenceslau Braz.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2015.


Nereu Moura


Presidente


Relator


Eulálio



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 244/2015
(Autoria do Poder Executivo)**

Autorização ao Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem, para doar o imóvel que especifica ao Município de Planalto.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR, a efetuar doação, ao Município de Planalto, do imóvel constituído de uma área de terra com 3.018,18 m², referente ao Lote Urbano nº 60-A e suas benfeitorias, na área urbana daquele município, matriculado sob nº R-1-M-12.944, no Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Capanema.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado, exclusivamente, para serviço público municipal, retomando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2015.

Mischa

Presidente Pastor Lacerda

Relator

Elinaldo Junqueira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 355/2015 (Autoria do Deputado Evandro Junior)

Concessão de Título de Utilidade Pública ao Instituto Cultural Ingá, com sede no Município de Maringá e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.


Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Cultural Ingá, com sede no Município de Maringá e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2015.


Nasser
Missacato




Presidente Roberto Elias


Relator Prof. Leão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO






Redação Final ao Projeto de Lei nº 370/2015 (Autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano)

Concessão de Título de Utilidade Pública ao Instituto de Saúde de Ampére, com sede e foro no Município de Ampére.

Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública ao Instituto de Saúde de Ampére - ISA, com sede e foro no Município de Ampére.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de junho de 2015.




Presidente

Relator

E. Castro Junior



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 244/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 24 MAR. 2015

Maurício
1º Secretário

Súmula: Institui o "Dia Estadual de Higienização das Mãos", a ser realizado anualmente no dia 05 de maio.

Art. 1º Fica instituído o "Dia Estadual de Higienização das Mãos", a ser realizado anualmente no dia 05 de maio.

Art. 2º Na semana que antecede a data mencionada no artigo anterior realizar-se-á políticas de conscientização a importância da higienização das mãos.

Art. 3º A data instituída nesta Lei passa a integrar o Calendário de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de março de 2015.


Tercino Turini
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A higienização das mãos é uma simples atitude que contribui muito na prevenção de doenças e infecções. Medida econômica e eficaz, tem grande importância na saúde individual e também na saúde coletiva.

Organismos de saúde indicam que com a higienização correta e frequente das mãos é possível reduzir em até 40% a incidência de diarreia, que é uma das dez doenças mais comuns decorrentes da falta de higiene. As outras são infecções estomacais, respiratória, gripes, resfriados, doenças de pele, espinhas, dor de garganta, infecções no ouvido e erupções na pele.

Os principais programas focados no cuidado de pacientes nos serviços de saúde priorizam a higienização das mãos como uma das ações mais importantes e reconhecidas na prevenção e controle de infecções. A Organização Mundial de Saúde (OMS) trabalha há anos com o tema, pela sua relevância e eficácia.

Dessa forma, a adesão tanto dos profissionais de saúde como da população em geral vai proporcionar benefícios a todos. No entanto, a própria OMS propaga a necessidade de atenção especial dos gestores públicos, para incentivar a prática da higienização das mãos, como um hábito do dia a dia de cada cidadão.

O objetivo de instituir no Paraná o "Dia Estadual de Higienização das Mãos" é justamente dar visibilidade para o tema, para que seja discutido e comentado, tornando-se assim um assunto que fique gravado na mente de todos e, automaticamente, passe a ser uma atitude corriqueira no cotidiano das pessoas – especialmente os profissionais da área de saúde.

A OMS já definiu a data de 5 de maio como "Dia Mundial de Higienização das Mãos", justamente para dar mais publicidade à prática. O presente projeto pretende ser um reforço ao esforço de popularizar ainda mais o tema no Paraná.

Como instrumentos para difundir o "Dia Estadual de Higienização das Mãos", sugerimos algumas ações que podem ajudar na conscientização das pessoas. Por exemplo: durante todo o mês de maio, incentivar crianças e adolescentes a fazerem trabalhos didáticos nas escolas sobre o tema; levar profissionais de saúde para debater o assunto com estudantes da rede estadual de ensino; criar um selo, um símbolo oficial para comemoração da data, que pode ser utilizado pela Secretaria de Saúde do Estado em materiais de divulgação e campanhas de prevenção à saúde; e outras iniciativas de estímulo.

As ações direcionadas às crianças e adolescentes certamente têm efeito duradouro porque são capazes de transformarem-se em hábito na vida adulta. Além



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



disso, crianças e adolescentes levam para casa o que aprendem na escola, dando exemplo e cobrando dos pais a prática da higienização das mãos.

A instituição dessa data especial no calendário do Paraná é uma forma de colaborar com os organismos de saúde na difusão da prática.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 214/2015

Projeto de Lei nº 214/2015

Autor: Deputado Dr. Tercílio Turini

Relator: Deputado Péricles de Mello

Súmula: Institui o "Dia Estadual de Higienização das Mãos", a ser realizado anualmente no dia 05 de maio.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO DIA ESTADUAL O DIA ESTADUAL DE HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial Estado do Paraná, o Dia Estadual de Higienização das Mãos, conscientizando assim, a importância da higienização das mãos, a ser realizado anualmente no dia 05 de maio.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 27 de Abril de 2015.

Romanelli

APROVADO

06/05/15

Wilson de Souza

*Paulo Payer
Mauda
Lima*

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente *Sonora*

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
Relator

João Silva

Porton

*Paulo
Lima*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 214/2015


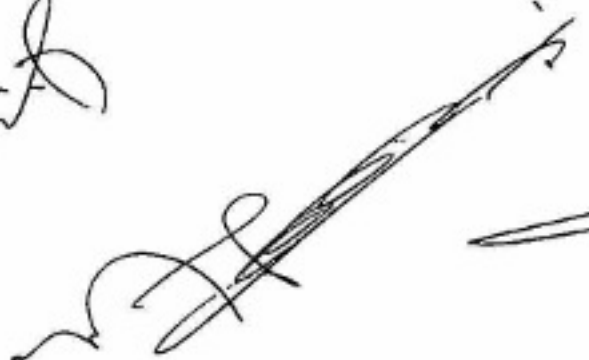

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Tercílio Turini, institui o Dia Estadual de Higienização das Mãos a ser realizado anualmente no dia 05 de maio.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo em ações direcionadas as crianças e adolescentes certamente tem efeito duradouro porque são capazes de transformarem-se em habito na vida adulta. Além disso as crianças e adolescentes levam para casa o que aprendem na escola, dando exemplo e cobrando dos pais a pratica da higienização das mãos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 2015.

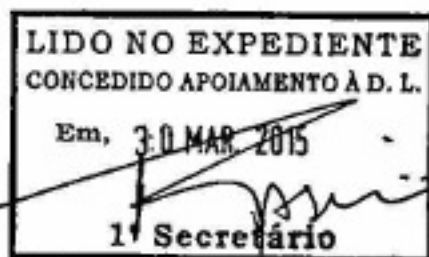



DR. BATISTA
Presidente
Relator
Veldin Lucena



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



Projeto de Lei nº 225/15



Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Evangélica Cristo Redentor – AECRI, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Evangélica Cristo Redentor – AECRI, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Art. 2º. Esta Lei passa a vigorar na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em


Elio Rusch

Deputado Estadual

16:17 30/03/2015 001430 DDP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Honrosamente submetemos à apreciação de Vossas Excelências o projeto de lei em tela, que tem como escopo declarar de utilidade pública a Associação Evangélica Cristo Redentor – AECRI, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Trata-se de uma associação de natureza civil, sem qualquer caráter político, racial ou de fins lucrativos, com a finalidade de atuar no campo cultural, artístico, educacional, saúde, meio ambiente, de comunicação e conservação do patrimônio histórico, visando a prestação de serviços à sociedade.

O objetivo da associação é dedicar as suas atividades através da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. Para tanto poderá:

- Captar direta ou indiretamente, através de apoios, patrocínios, doações, parcerias, intercâmbios e outros, recursos a fundo perdido para a execução das atividades relacionadas em suas ações e objetivos estatutários;
- Firmar convênios, parcerias e intercâmbios com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, com a finalidade de desenvolver, implantar, exercer, realizar, projetar, executar e manter as atividades e projetos dentro do seu campo de atuação;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



- Estabelecer acordos de cooperação mútua com empresas, escolas, universidades, hospitais e/ou outras entidades, vinculadas ao poder público ou não, buscando o aprimoramento dos serviços e o atendimento da sociedade.

Considerando os nobres objetivos dessa entidade, bem como o cumprimento de todos os requisitos para a concessão da condição de entidade de utilidade pública, inclusive a apresentação de documentação completa, conclamamos aos ilustres pares o apoio e a conseguinte aprovação da presente proposição de lei.

Sala das Comissões, em

Elio Rusch
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 225/2015

Projeto de Lei nº. 225/2015

Autor: Deputado Estadual Elio Rusch

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Cristo Redentor- AECRI, com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Elio Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Evangélica Cristo Redentor- AECRI, com sede e foro no Município de Curitiba/PR.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

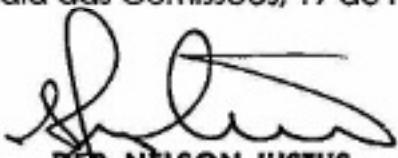
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


No entanto, a fim de retificar a **Súmula e o Artigo 1º** do projeto de lei que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.


CONCLUSÃO

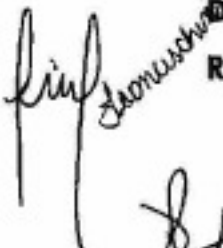

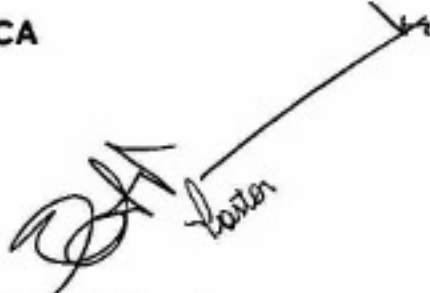
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2015.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

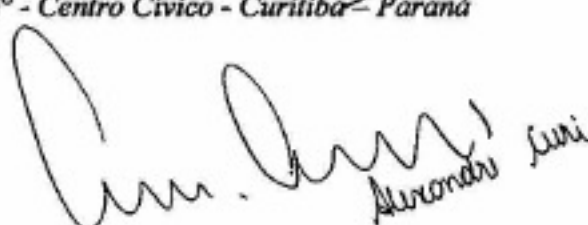

DEP. FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


MISSIONÁRIO
Ricardo Azevedo




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26/05/15


Alexandre Luri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 225/2015

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 225/2014, passa a contar com a seguinte redação:

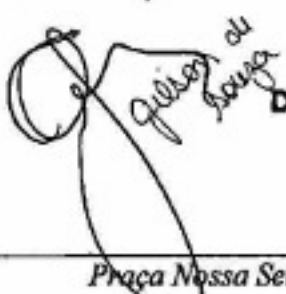
Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Associação Evangélica Cristo Redentor- AECRI**, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro no foro regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a **Associação Evangélica Cristo Redentor- AECRI**, com sede no Município de Almirante Tamandaré e foro no Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19 de Maio de 2014.



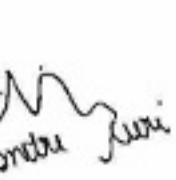

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Prça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

26/05/15




Alencar



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI

412/2015

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Tuneiras do Oeste

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Tuneiras do Oeste, de parte do imóvel localizado no Distrito de Marabá, Município de Tuneiras do Oeste, constituído por área de 2.920,00 m², que faz parte da Matrícula nº 588 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste, referente à área maior com 10.800,00 m².

Art. 2º A imóvel em questão será destinado, exclusivamente, para a construção da sede própria da Escola Municipal Dezenove de Abril, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

Art. 3º O Cessionário deverá iniciar a respectiva obra dentro do prazo máximo de um ano, condição cujo descumprimento ensejará a revogação automática desta cessão de uso.

Art. 4º A presente cessão de uso terá vigência de vinte e cinco anos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 020/2015

Curitiba, 22 de maio de 2015.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 MAIO 2015

Orlando
1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 26/05/15

[Assinatura]
Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Tuneiras do Oeste, de parte do imóvel localizado no Distrito de Marabá, Município de Tuneiras do Oeste, constituído por área de 2.920,00 m², que faz parte da Matrícula nº 588 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste, referente à área maior com 10.800,00 m².

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para a construção da sede própria da Escola Municipal Dezenove de Abril, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que a cessão de uso terá vigência pelo prazo de vinte e cinco anos e que o Cessionário deverá iniciar a respectiva obra dentro do prazo máximo de um ano, condição cujo descumprimento ensejará a revogação automática da já mencionada cessão de uso.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ADEMAR TRAIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.139.403-9



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 412/2015

Projeto de Lei nº 412/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 20/2015

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Tuneiras do Oeste.

EMENTA: CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 20/2015, visa efetuar a cessão de uso ao Município de Tuneiras do Oeste, de parte do imóvel sob Matrícula nº 588, do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste, constituído pela área de 2.920,00m², de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

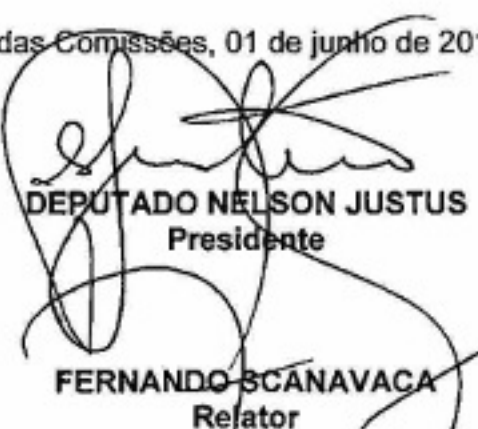
Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

No que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 01 de junho de 2015.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


FERNANDO SCANAVACCA
Relator

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02.06.15